

# A estratégia do Brasil na crise financeira

**A palestra do presidente do Banco Central, Carlos Langoni, feita em Nova York aos representantes de 125 bancos estrangeiros, é o documento básico da estratégia brasileira para vencer a atual crise financeira. Está dividida em duas partes. Na primeira, o presidente do Banco Central passa em revista a estratégia seguida pelas autoridades para atender à necessidade financeiras externas do País após a crise do México. A segunda discute os financiamentos que o Brasil precisa no ano que vem e apresenta as propostas específicas sobre o tipo de cooperação esperado dos bancos comerciais. Eis o pronunciamento de Carlos Langoni:**

Encontra-se hoje aqui reunida expressiva mostra da comunidade financeira internacional, empenhada num esforço coordenado para ajudar o Brasil a sobrepujar as atuais restrições dos mercados financeiros.

Os bancos internacionais presentes têm diferentes origens e cada um guarda sua própria personalidade e característica. Há, não obstante, importantes pontos em comum: primeiro, todos são importantes atores no mercado financeiro internacional; segundo, todos estes bancos têm grande envolvimento com o Brasil, que vai além do fato de que são responsáveis por aproximadamente 90% da totalidade da dívida externa do país para o sistema bancário estrangeiro. Têm sido parceiros de nosso desenvolvimento econômico por muitos anos e, estamos seguros, continuarão ao nosso lado no futuro.

É evidente que estes pontos em comum estão inter-relacionados no sentido de que o êxito deste encontro ajudará a fortalecer a confiança no mercado financeiro que é pré-condição para seu funcionamento eficiente.

Dividirei minha exposição em duas partes: em primeiro lugar, tentarei passar em revista a estratégia seguida pelas autoridades brasileiras para atender às necessidades financeiras externas do país após a crise do México; posteriormente, discutirei os financiamentos de que precisaremos em 1983 e apresentarei propostas específicas sobre o tipo de cooperação que esperamos dos bancos comerciais.

## AS DECISÕES ESTRATÉGICAS

Preliminarmente, deve ser enfatizado que as atuais dificuldades são explicadas sobretudo pelas drásticas mudanças ocorridas nos mercados financeiros depois da crise do México. Até então, o Brasil vinha obtendo acesso relativamente fácil ao mercado, o qual reconhecia o esforço que o país vinha desenvolvendo desde 1981, para ajustar-se às crescentes restrições representadas pelas altas taxas de juro e pela queda do preço das commodities. Vale lembrar que este processo de ajustamento implementado durante os dois últimos anos resultou em importante melhoria em nossa balança comercial, mesmo levando em conta as condições extremamente desfavoráveis da conjuntura internacional. Assim é que a balança comercial apresentou um superávit de US\$ 1,2 bilhão em 1981 e, em 1982 é esperado outro resultado positivo da ordem de US\$ 800 milhões.

O Brasil é, por conseguinte, um dos poucos países em desenvolvimento e importadores de petróleo capazes de apresentar um saldo positivo na balança comercial no presente exercício.

Em circunstâncias normais, a percepção deste fato pelo mercado resultaria automaticamente num fluxo de recursos financeiros suficientes para cobrir o déficit em conta corrente derivado do serviço da dívida. Na realidade, isto foi o que ocorreu durante o primeiro semestre deste ano. Apesar dos problemas relacionados com a renegociação da Polónia, a insolvência de muitos países centro-americanos e a guerra do Atlântico Sul, o Brasil foi capaz de captar uma média mensal de US\$ 1,5 bilhão durante os seis primeiros meses de 1982. Imediatamente após a eclosão da crise do México e da frustrante reunião do FMI em Toronto, ocorreu drástica mudança no mercado. O fluxo de recursos externos foi reduzido pela metade em setembro e em outubro, não obstante o fato de o Brasil ter tentado abordar o mercado por meio de uma série de *club deals* com a utilização de algumas das suas mais bem sucedidas empresas estatais e ter intensificado a demanda por financiamentos ligados a operações comerciais.

A diminuição das atividades do mercado é ainda mais evidente quando se consideram, por exemplo, as operações de empréstimo via Resolução 63: a média mensal de captação de US\$ 400 milhões no período janeiro/julho caiu para US\$ 200 milhões em setembro e para apenas US\$ 100 milhões em outubro, não tendo até o momento apresentado significativa evidência de recuperação. Estes números refletem o virtual fechamento dos mercados financeiros para o Brasil e são a expressão quantitativa da reação às dificuldades

enfrentadas por outros países latino-americanos e cujos efeitos se fazem sentir até hoje. Esta severa mudança nas condições de liquidez foi sentida de forma dramática no mercado interbancário. Linhas de crédito para os bancos brasileiros no exterior foram subitamente cortadas apesar de sua sólida reputação de administração profissional. Os bancos brasileiros foram então forçados a recorrer a empréstimos de curto prazo como única alternativa viável, ao mesmo tempo em que tentavam recompor seus ativos na direção de aplicações também a prazo mais curto.

Felizmente, a situação dos bancos brasileiros no exterior já se estabilizou, em razão de um gerenciamento eficiente e de uma política deliberada de trocar rentabilidade por liquidez. Os dados mais recentes mostram que em média a participação da captação "overnight" no total do interbancário não vai além de 13%. As cifras mais recentes disponíveis para o mês de novembro indicam um total de US\$ 10 bilhões para o total das obrigações no mercado interbancário referentes aos bancos brasileiros no exterior.

Após a reunião do Fundo Monetário Internacional, o Governo brasileiro prontamente reconheceu que se tornara necessária uma ação urgente para resolver os problemas gerados pelas restrições de liquidez de curto prazo, e também para enfrentar as consequências duradouras da crise atual.

Assim, já em agosto passado, tornou-se uma importante decisão política de acelerar o processo voluntário de ajustamento da economia brasileira e, ao mesmo tempo, implementar as medidas necessárias para assegurar ao Brasil continuidade no cumprimento de suas obrigações financeiras e comerciais. A idéia básica era a de que um ajustamento voluntário posto em prática o mais cedo possível seria mais eficaz do ponto de vista econômico e menos oneroso do ponto de vista social do que um ajustamento compulsório feito posteriormente, como tem sido, infelizmente, o comportamento de muitos países.

Para atacar imediatamente os problemas derivados da falta de liquidez, decidiu o Brasil reunir em uma ação coordenada os maiores bancos internacionais, os bancos centrais e os governos dos mais importantes países industrializados, num amplo esforço para corrigir as presentes distorções do mercado financeiro internacional.

A análise anterior demonstrou que na conjuntura atual não seria possível esperar que o livre jogo das forças de mercado, por si só, restaurasse os fluxos normais de recursos necessários ao financiamento do déficit externo do país. Somente uma ação combinada que envolvesse a participação dos maiores bancos comerciais como líderes do processo, lado a lado com entidades oficiais poderia sobrepujar-se às incertezas do mercado financeiro.

A decisão de não suspender pagamentos e não renegociar levou a uma rápida mobilização das nossas reservas internacionais que foram usadas para preencher a diferença entre o montante de empréstimos inicialmente projetado e os fluxos efetivos de recursos verificados em razão da deterioração das condições do mercado.

Desde o princípio acreditamos que em razão da lenta resposta do mercado causada pelo não solução dos problemas mexicano e argentino, deveríamos iniciar uma série de empréstimos destinados a fortalecer as reservas de maneira a manter um nível seguro de liquidez, o que permitiria atender aos compromissos de caixa mais urgentes. As "operações-ponte" encetadas com nossos principais parceiros do sistema bancário internacional tiveram exatamente este objetivo. Elas não significam um afastamento de nossa política conservadora que rejeita os empréstimos a curto prazo, a menos que estejam relacionados com operações comerciais. Na realidade, é relevante reconhecer que estas "operações-ponte" são inteiramente cobertas por recursos de longo prazo cujo comprometimento já está assegurado por bancos comerciais ou será garantido por novas fontes internacionais como o FMI.

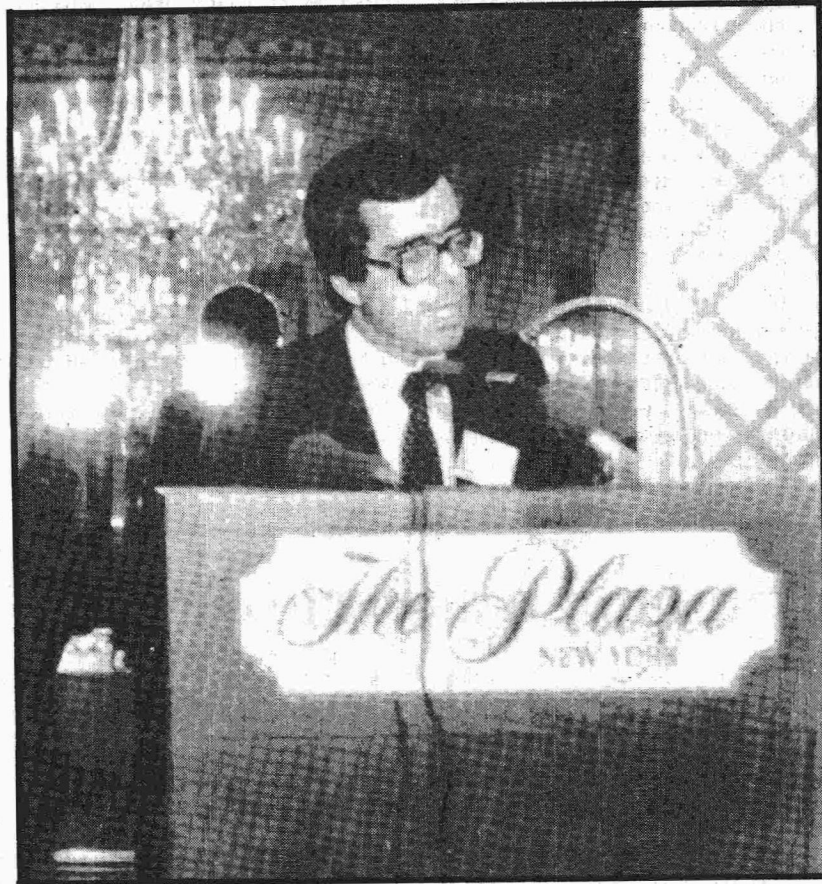
Elas representam, por conseguinte, uma simples antecipação de recursos financeiros de longo prazo, já assegurados, permitindo criar um colchão de liquidez indispensável para viabilizar uma transição sem traumas deste ano para 1983.

O quadro número 1 apresenta uma visão completa das "operações-ponte" cujo total líquido estimado para o fim do ano é de US\$ 3,0 bilhões, dos quais US\$ 1 bilhão de fontes oficiais, e, aproximadamente, US\$ 2 bilhões de bancos comerciais. O desembolso de US\$ 1,2 bilhão do BIS é esperado para início de janeiro de 1983. Estas operações representam, como apontado anteriormente, uma antecipação dos saques do FMI, no caso do Tesouro americano e do BIS. No caso dos bancos comerciais elas representam seja uma antecipação dos empréstimos já contratados com empresas estatais mas cujo desembolso será efetuado somente em 1983 (US\$ 1,2 bilhão) ou um crédito contra a participação destes bancos no empréstimo-junto a ser contratado em 1983.

Em razão do sucesso deste esforço coordenado seremos capazes de, já no início de janeiro próximo, elevar substancialmente o nível de nossas reservas internacionais em comparação com o final de outubro último, ao mesmo tempo em que continuaremos a saldar em dia nossos compromissos. O nível de nossas reservas atingirá, então, valor estimado em US\$ 4,8 bilhões, o que representa uma perda de US\$ 2,8 bilhões em comparação com a posição em dezembro de 1981. De dezembro de 1981 a dezembro de 1982, as reservas cambiais reduziram-se de 4 bilhões de dólares, especialmente durante os meses de setembro e outubro, quando os mercados financeiros estiveram praticamente paralisados.

Nesta oportunidade, gostaria de expressar o reconhecimento do Governo brasileiro aos bancos comerciais de todas as partes do mundo, que responderam unanimemente à nossa convocação para participar nas "operações-ponte". Igualmente desejo expressar reconhecimento ao Tesouro Americano e aos 15 bancos centrais que cooperaram na concessão do empréstimo do BIS. Esta demonstração de apoio tem permitido superar as enormes dificuldades que vêm caracterizando o mercado financeiro internacional.

Evidentemente, teremos também de enfrentar com realismo as dificuldades fi-



Langoni fala à imprensa em Nova York, depois de sua palestra aos banqueiros

## NECESSIDADES GLOBAIS DE EMPRÉSTIMOS DE MÉDIO E LONGO PRAZO JUNTO A BANCOS COMERCIAIS ESTRANGEIROS

	1982	1983
<b>NECESSIDADES</b>	19.0	16.8
Deficit de conta corrente	14.5	6.9
Amortização médio e longo prazo	7.8	7.2
Financiamento de exportações (líquido)	0.7	1.1
<b>Variação nas reservas</b>	-4.0	1.6
<b>FONTES</b>	19.0	16.8
Operações ponte	3.0	-3.0
Oficiais	1.0	-1.0
Bancos estrangeiros	2.0	-2.0
Saques no FMI	0.5	2.5
Empréstimos/Projetos e "Suppliers"	3.1	4.5
Investimento privado direto	1.1	1.5
Outros (líquido)	0.5	0.0
Empréstimos intercompanhias, bruto	0.8	0.5
Bancos comerciais brasileiros	0.9	0.6
Linhas de crédito de curto prazo	-1.8	0.6*
Instituições financeiras	1.8	—
Instituições não-financeiras	—	0.6*
Bancos comerciais estrangeiros (médio e longo prazos)	10.9	9.6
Amortizações	4.2	4.0
Comprometidos em 1982 a serem desembolsados em 1983	—	1.2
Recursos novos a serem contratados	—	4.4

\* Para substituir redução de linhas de crédito bancárias de curto prazo, ocorrida em 1982, através de novas linhas provenientes de entidades não-financeiras.

nanceiras de médio e longo prazo que ainda se farão presentes no mercado, mesmo após a superação da crise atual. Para os próximos três anos, o Brasil decidiu implementar um programa econômico voltado para reduzir a dependência do país de financiamentos externos: O objetivo básico é diminuir consideravelmente o déficit em conta corrente de 5% do PIB para 2% em 1983 e 1% em 1985. Isto representará uma significativa queda nos requerimentos globais de financiamento já em 1983. Como se pode observar na tabela 2, as necessidades do Brasil quanto a financiamento a longo prazo, exclusivamente de bancos comerciais em 1983, atingirão US\$ 9,6 bilhões, dos quais US\$ 4,0 bilhões correspondem a "roll-over" de amortizações e US\$ 4,4 bilhões a novos empréstimos de longo prazo e US\$ 1,2 bilhão de operações contratadas em 1982 e a serem desembolsadas em 1983.

Isto representa uma relevante mudança em comparação com a cifra de US\$ 10,9 bilhões para 1982. Maiores quedas estão previstas nos empréstimos globais a serem contratados em 1984, o que é consistente com o projetado corte para US\$ 5 bilhões no déficit em conta corrente estimado ao final daquele período.

Um dos mais importantes aspectos deste programa é o caráter voluntário do processo de ajustamento interno que está implícito na redução dos desequilíbrios externos: O Governo brasileiro aprovou este plano no dia 25 de outubro passado, antes mesmo das importantes eleições gerais que foram realizadas em 15 de novembro. Este fato, de per si, demonstra a vontade e a determinação políticas em implementar medidas no campo interno que, na realidade, representam a contrapartida doméstica ao esforço de melhoria das contas externas.

Estas medidas podem ser resumidas na drástica redução do déficit do setor público de cerca de 6% para 3,5% do PIB principalmente por meio de queda real de 21% nos investimentos das empresas estatais; pelo reajustamento na estrutura da taxa de juros; pela eliminação gradual dos subsídios agrícolas; pela diminuição das pressões da dívida pública interna sobre a taxa de juros; pela desvalorização real da taxa de câmbio, com a aceleração no ritmo das mini-desvalorizações em relação ao dólar americano a uma média mensal 1% superior à inflação brasileira; pelo aumento da produção doméstica de petróleo e seus substitutos e continuidade na política de preços de derivados de petróleo, que serão reajustados acima da inflação doméstica.

Como é do conhecimento dos senhores, este programa econômico foi endossado pelo FMI, após negociações que se estenderam apenas por três semanas. Este fato isolado realça a coerência e viabilidade da estratégia econômica voltada à gradual eliminação das restrições associadas às contas externas, à redução da taxa de inflação e às mudanças estruturais refletidas num programa de liberalização que contempla a redução substancial da intervenção direta e indireta do Estado na economia. Tudo isto compõe um novo quadro de crescimento auto-sustentando, com menores desequilíbrios externos e internos.

A participação do FMI nesta "joint

venture" com os bancos comerciais é um elemento-chave na conjuntura atual. Ela certamente aumentará a confiança da comunidade financeira no atual programa econômico. Além disso, os saques relativos à "facilidade ampliada" (EFF) representando 450% das quotas atuais, ou US\$ 4,8 bilhões, serão estrategicamente usados para reforçar e recompor o nível de nossas reservas internacionais.

Passaremos, agora, ao exame das necessidades financeiras em 1983. Levaremos em consideração as necessidades do balanço de pagamentos sob o enfoque de fluxo de caixa que contemple o pagamento das "operações-ponte" e um aumento de US\$ 1,6 bilhão nas reservas internacionais.

A tabela 2 apresenta uma visão clara dos financiamentos externos programados para 1983 e indica como é possível estimar os novos empréstimos líquidos a longo prazo a serem contratados com bancos estrangeiros.

O hiato originário do balanço de pagamentos é de US\$ 16,8 bilhões e resulta da soma de US\$ 6,9 bilhões de déficit em conta corrente com US\$ 7,2 bilhões de amortizações e com US\$ 1,1 bilhão de financiamento de exportações e com US\$ 1,6 bilhão de aumento de reservas.

Devemos, então, deduzir os investimentos privados diretos (US\$ 1,5 bilhão), os empréstimos de entidades governamentais e os créditos de fornecedores ("suppliers") (US\$ 4,5 bilhões) para chegar a uma necessidade residual de US\$ 10,8 bilhões. A este total devemos acrescentar US\$ 3 bilhões referentes ao pagamento das "operações-ponte" (US\$ 2 bilhões a bancos comerciais e US\$ 1 bilhão ao Tesouro americano).

Consideraremos, a seguir, outras fontes cujo total é de US\$ 4,2 bilhões. Estes referem-se: aos saques do FMI (US\$ 2,5 bilhões) dos quais US\$ 1,7 bilhão da facilidade ampliada (EFF), US\$ 0,5 bilhão do financiamento compensatório (CFF) e US\$ 0,3 bilhão da parcela de reserva (reserve-tranche); US\$ 50 milhões do financiamento dos estoques de açúcar; aos empréstimos diretos entre companhias (Lei 4.131) US\$ 0,5 bilhão; aos empréstimos de bancos comerciais brasileiros (basicamente a rolagem de US\$ 0,6 bilhão); e finalmente à recomposição das linhas de crédito relacionadas ao comércio no total de US\$ 0,6 bilhão.

Haverá ainda uma necessidade líquida de US\$ 9,6 bilhões, a ser preenchida por recursos provenientes de bancos estrangeiros, assim discriminada: 1) US\$ 4,0 bilhões de "roll over"; 2) US\$ 1,2 bilhão de contratos já firmados em 1982; 3) finalmente, uma quantia residual de US\$ 4,4 bilhões de novos recursos a serem contratados. Esta cifra líquida de empréstimos em moeda de longo prazo representa um aumento na "exposure" dos bancos internacionais para com o Brasil da ordem de 7,5% (1). Este percentual é substancialmente inferior à média dos últimos 5 anos (21%) e ainda à taxa média esperada de capitalização dos bancos internacionais (10%). Devemos, também, esperar para os anos vindouros um montante ainda menor no tocante às necessidades líquidas de financiamento do Brasil em razão dos ganhos adicionais resultantes da redução do déficit de nossa conta corrente.

## RESUMO DAS OPERAÇÕES-PONTE E SAQUES NO FMI

	1982	1983
<b>OPERAÇÕES PONTE</b>		
PONTES OFICIAIS		
Tesouro americano, líquido	1.53	
Pagamento com cff do FMI	-0.5	
	1.03	1.03
		2.0
		-1.03
		-2.0
<b>BANCOS COMERCIAIS</b>		
Sub-total		3.03
		-3.03
<b>SAQUES NO FMI</b>		
Financiamento compensatório (CFF)		0.5
"Buffer stocks" (açúcar)		0.05
Facilidade ampliada (EFF)*		1.68
Parcela de reserva (tranche)		0.28
Sub-total		0.5
		2.47
<b>TOTAL</b>		3.53
		-0.56

\* Empréstimo do BIS no valor de US\$ 1.2 bilhão, disponível, em janeiro 1983 e a ser pago com o EFF.

O exercício acima demonstra que a estratégia escolhida é coerente e viável tanto do ponto de vista do balanço de pagamentos quanto do fluxo de caixa. É interessante assinalar que o acréscimo líquido de reservas em 1983 corresponde fundamentalmente aos recursos da EFF, estimados em US\$ 1,7 bilhão. Obviamente, qualquer ganho adicional que vier a ser obtido por um melhor desempenho do que o projetado na nossa balança comercial ou nas estimativas para os pagamentos de juros, será destinado primordialmente ao crescimento de nossas reservas.

Antes de prosseguir na descrição das propostas específicas relativas à estratégia concebida para assegurar o volume mínimo de fluxo financeiro necessário ao funcionamento da economia brasileira, é interessante esclarecer a situação da nossa dívida de curto prazo. Há vários anos que o Brasil adota a estratégia de optar por empréstimos de longo prazo ainda que tendo de pagar "spreads" relativamente elevados. Todos os senhores que pertencem à comunidade financeira estão perfeitamente conscientes disto. Há períodos mínimos quanto a prazo de carência para qualquer empréstimo negociado pelo Brasil, seja pelo setor público, seja pelo setor privado. Nós não pretendemos alterar esta política que tem se mostrado fundamental para a eficiente administração de nossa dívida externa. Em razão da natureza estrutural do desequilíbrio de nosso balanço de pagamentos, não haveria sentido em acumular empréstimos de curto prazo. Certamente necessitaríamos ainda de tempo até conseguirmos reduzir a nossa dependência de fontes de energia externa. Justamente em função da política estabelecida há longo tempo, voltada para a manutenção de um perfil favorável de nossa dívida externa, a dívida de curto prazo brasileira (ou dívida não-registrada) é exclusivamente relacionada com o financiamento de importações (petróleo, matérias-primas) e, mais recentemente, ao financiamento de exportações por bancos brasileiros.

Esta dívida de curto prazo está estimada em US\$ 8,8 bilhões ao final deste ano. Este número deverá permanecer estável ano que vem. As "operações-ponte", tal como sublinhamos previamente, são operações especiais, ligadas a empréstimos de longo prazo. Não obstante, mesmo se levarmos em consideração estas operações, a dívida de curto prazo em 1982 se situará em US\$ 11,8 bilhões (US\$ 8,8 bilhões mais US\$ 3,0 bilhões de operações-ponte). Como já mostramos anteriormente, a totalidade destas operações-ponte será paga em 1983.

Conforme seria de esperar, a consequência direta da implementação do programa econômico anteriormente descrito será a significativa redução na taxa de crescimento da nossa dívida externa, total de curto e longo prazo: Esta cairá para cerca de 8% em 1983 e 7% em 1984 em comparação com a média de 14% no período 1978/82.

## AS PROPOSTAS ESPECÍFICAS

Eu acredito que os senhores tenham agora uma ampla e, espero, mais clara visão da estratégia brasileira a curto e médio prazo para ultrapassar as atuais dificuldades do mercado financeiro. Como disse no princípio, o Governo Brasileiro tomou a decisão política de implementar um programa de ajustamento voluntário. Nós estamos fazendo todo esforço possível para evitar a repetição de traumas no mercado financeiro internacional. Acreditamos que desempenhamos nosso papel a contento, e que o Brasil cumpriu suas obrigações com a comunidade internacional ao implementar uma ação coordenada entre bancos centrais, instituições oficiais, tais como o FMI, o BIS e os bancos comerciais. O que nos esperamos é o comprometimento de forma igualmente voluntária com o programa de financiamento externo do Brasil em 1983. Somente com o contínuo apoio e confiança dos senhores, o Brasil terá êxito neste difícil ano de transição que será 1983.

Por razões de imperiosa falta de tempo não nos foi possível manter encontros isolados com todos os bancos que nos apoiaram durante a atual crise de liquidez no mercado financeiro internacional. A estes bancos que realizaram "operações-ponte" com o Brasil desejo expressar elevada consideração e profundo reconhecimento. Nossa percepção presente do mercado sugere a adoção de uma abordagem descentralizada, que preserve o relacionamento comercial dos bancos e deixe abertos os vários canais de intermediação financeira já existentes. Neste sentido desenvolvemos a seguinte estratégia financeira que compreende quatro projetos básicos:

## PROJETO 1 NOVOS EMPRÉSTIMOS EM MOEDA

## PROJETO 2 AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA EM 1983

## PROJETO 3 DÍVIDAS DE CURTO PRAZO RELACIONADAS AO COMÉRCIO

## PROJETO 4 LINHAS DE CRÉDITO PARA BANCOS BRASILEIROS NO EXTERIOR

**PROJETO 1 — NOVOS EMPRÉSTIMOS EM MOEDA** — As novas necessidades de recursos totalizam US\$ 4,4 bilhões. Nós solicitamos aos bancos aqui reunidos e que representam aproximadamente 90% da atual dívida de médio prazo a concordar e, subscrever nossas novas necessidades. Este compromisso representaria um aumento de 7,5% na "exposure" atual calculada pelo Banco Central para 31 de dezembro de 1982. A intenção seria de submeter aos bancos que vão liderar a operação uma lista de tomadores já aprovados juntamente com os valores e época em que os empréstimos deveriam ser realizados. Nós esperamos que os bancos líderes concordem em dividir a subscrição de seus compromissos entre estas respectivas empresas. Sempre que possível os bancos líderes poderiam ir ao mercado nos prazos pré-estabelecidos, a fim de reduzir seus compromissos iniciais. O compromisso assumido ("underwriting commitment") na medida em que não seja reduzido por este mecanismo deverá ser encaminhado diretamente ao Brasil sob a forma de empréstimo ao Banco Central. As condições desses empréstimos seriam as mesmas da amortização da dívida em 1983.

**PROJETO 2 — AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA EM 1983** — Total: US\$ 4 bilhões. Solicitaremos aos senhores a renovação dos prazos de carência aos devedores atuais no momento de seu vencimento, entre primeiro de janeiro e 31 de dezembro. Para diluir a carga de amortização solicitamos que os pagamentos sejam contratados por um prazo de 8 anos, com 2,5 anos de carência. Seriam aplicados a "libor" corrente somada às condições existentes para "spreads" e outras taxas. A administração do levantamento dos recursos será efetuada por meio de sindicatos de bancos ou por bancos isolados, conforme o caso. Já demos início à preparação da documentação legal que será usada nas várias renovações e liquidações. Minutas desta documentação serão distribuídas logo que possível. Caso as garantias sejam consideradas insuficientes para permitir extensão do crédito ao mesmo tomador, garantia da República ou de outras empresas substitutas estarão disponíveis.

**PROJETO 3 — DÍVIDAS DE CURTO PRAZO** — Esta dívida totaliza, no presente, US\$ 8,8 bilhões, sendo totalmente relacionada com operações do comércio exterior. Estamos recebendo dos maiores tomadores uma lista de suas linhas de crédito atuais. Solicitamos aos senhores que continuem a operar estas linhas. Formalizaremos esta solicitação por meio de telex que será expedido a todos os bancos credores imediatamente.

**PROJETO 4 — LINHAS DE CRÉDITO INTERBANCÁRIAS** — Não há dúvida de que os bancos brasileiros no exterior estão sendo severamente afetados pelas atuais incertezas do mercado. Estes bancos foram sempre gerenciados com grande responsabilidade profissional. Desde o início do ano, o Banco Central tem acompanhado de perto o seu desempenho, em estreita cooperação com outros bancos centrais do mundo. Solicito aos Senhores renovar e, se for o caso, reestabelecer os níveis das linhas de crédito interbancárias existentes em 30 de junho de 1982. Nós formalizaremos esta solicitação por telex, imediatamente.

Como podem ver, o enfoque de mercado agora cogitado rejeita a estrutura clássica de empréstimos sindicalizados ou de "club deals". Todos os senhores aqui presentes serão convidados a assumir um papel relevante de tal forma que a implementação dos quatro projetos seja de fato um sucesso. Nós estamos também convidando alguns bancos a desempenharem o papel de coordenadores regionais dos diferentes projetos.

Como mencionamos previamente, nós lhe enviaremos em breve um telex contendo as propostas que aqui veiculamos solicitando sua aceitação, em princípio, e sua participação proporcional no empréstimo referente aos recursos novos de 1983. Esta participação proporcional será baseada nos dados do Banco Central referentes a "exposure" total de cada banco individual registrada em 30 de junho de 1982.

Os bancos que participaram nas operações ponte com o Banco Central poderão, se o desejarem, creditar empréstimos contra sua participação proporcional no projeto 1.

Neste período do ano todos temos outras preocupações. É fundamental, entretanto, que este plano receba aprovação até 31 de dezembro do corrente. Muito agradeço presença de todos neste encontro de hoje. Sou reconhecido antecipadamente por apoio que têm dado e que apresentará um passo importante para restaurar a confiança do mercado internacional.

O Governo Brasileiro continuará a trabalhar para implementar o programa econômico que reduzirá substancialmente nossa presença no mercado internacional nos próximos anos.

(1) \* A "exposure" dos bancos comerciais estrangeiros, a médio e longo prazo, é estimada em 44,4 bilhões de dólares ao final de 82 à qual se adicionam US\$ 4 bilhões de empréstimos ligados a operações comerciais, US\$ 8,8 bilhões de operações de curto prazo ligadas a comércio e US\$ 2 bilhões de operações-ponte.